

PARECER JURÍDICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01

OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.



1. Relatório

Veio para análise dessa Assessoria Jurídica os autos do processo acima identificado, realizado na égide da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial ao disposto no artigo 72 c/c 75, inciso II.

- SOBRE AS NORMAS MUNICIPAIS.

a) Opção por Licitar pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores ou pela Lei Federal nº 8.666/93.

Analisando as normas Municipais, não identifiquei o Instituto Normativo sobre as Pesquisas de Preço, porém consta o Ato de Designação da responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, bem como Termo de Referência, Referenciais de Preços, atualizada sobre a formalização das pesquisas de preço, contudo, o setor responsável logrou êxito na cotação, parecendo convergir a um resultado satisfatório.

Se verifica que a fonte de análise foi o Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, como avaliação dos valores contratados em outras instituições, o que é, de fato, a melhor forma de verificação da coerência mercadológica do objeto.

Verifica-se ainda que o objeto encontra-se pautado no Plano de Contratações Anual, contudo, alinhe-se essa gestora para a Adaptação do referido plano no que é pertinente ao remanejamento de dotações para o elemento de despesas 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, que já prevê um déficit orçamentário, que deve ser corrigido, mas não traz prejuízos a sustentabilidade da presente contratação.



PARECER JURÍDICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01



OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Avaliação da Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do Programa de RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.

São as ocorrências que restam relatar, em caráter preliminar.

2. Sobre o Processo Administrativo



Analisando os autos do presente processo, verifico passo a passo, o artigo 72 da norma em referência:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo: *Consta.*

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei: *Consta.*

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido: *Consta.*

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária: **Ainda não apresentado nessa fase processual, motivo pelo qual não foi analisado.**

VI - razão da escolha do contratado: **Ainda não apresentado nessa fase processual, motivo pelo qual não foi analisado.**

VII - justificativa de preço: **Ainda não apresentado nessa fase processual, motivo pelo qual não foi analisado.**



PARECER JURÍDICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01

OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Auditoria e Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do Pró-Gestão RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.

VIII - autorização da autoridade competente: **Ainda não apresentado nessa fase processual, motivo pelo qual não foi analisado.**

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

a) Do Saneamento do Processo Administrativo.

Considerando a análise perfunória do processo, diante do confronto com a norma legal, não detectamos nenhum óbice no processo ou deformidade à norma cogente, desde que observe a autoridade competente todos os documentos anotados.

3. *Sobre a Minuta do Termo de Contrato*

A análise do Termo de Contrato da Licitação, na antiga norma, deve pressupor os seguintes requisitos, anotados ao artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e seguintes:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

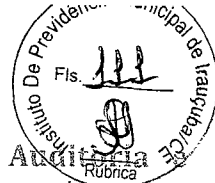
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;



PARECER JURÍDICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01



OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do Pro-Gestão RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

PARECER JURÍDICO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01

OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do Pró-Gestão RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

a) Do Saneamento da Peça de Minuta do Termo Contratual.

Considerando a análise perfuntória do processo, diante do confronto com a norma legal, não detectamos nenhum óbice na Minuta Contratual ou deformidade à norma cogente.

4. *Do Direito*

A incumbência confiada à essa Assessoria Jurídica, no tocante ao exercício exclusivo das atividades de consultoria, reclama um constante aprimoramento intelectual que deve se refletir no teor das manifestações emanadas e, o que é mais importante, conjugar-se aos mesmos esforços empreendidos pelos consulentes para, em afinada sintonia, garantir a lisura dos atos administrativos e dos processos analisados.

Veja-se que o Tribunal de Contas da União recentemente reiterou que o trabalho dos órgãos jurídicos não pode se pautar em meras manifestações *pró-forma*, genéricas e demasiadamente sucintas. Trata-se do Acórdão n. 1.485, órgão julgador: Plenário, Relator o Ministro Augusto Sherman, Sessão de 26 jun. 2019. Eis o que a Corte assentou no dispositivo do acórdão:





PARECER JURÍDICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01

OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Auditoria de Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do Pró-Gestão RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.

66

Acórdão:

[...]

9.3.2. os pareceres jurídicos que suportam os procedimentos licitatórios e as contratações devem conter análise quanto à legalidade das cláusulas das minutas do edital e do contrato, com abrangência suficiente, evidenciando a avaliação integral dos documentos submetidos a exame, conforme parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993 e Acórdão 748/2011 e 1.944/2014 – ambos TCU - Plenário;

99

Esse é o propósito da Orientação Normativa AGU n. 55/2014, em que se fundamenta essa extensão de efeitos, *in verbis*:

66

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

99



PARECER JURÍDICO
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 2024.11.28.01

OBJETO: Contratação de empresa certificadora para realização de Auditoria Renovação da Certificação por no mínimo 03 (três) anos no âmbito do Pró-Gestão RPPS, devidamente autorizada pela Secretaria de Previdência - SPREV, para prestação de serviços de avaliação de conformidade e certificação - Nível de Aderência II, do Instituto de Previdência do Município de Irauçuba - CE, com as normas do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Pró-Gestão, regulamentado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MPS nº 185/2015, alterado pela Portaria MF nº 577/2017.

Por fim, a responsabilidade pela observância de todas as restrições deste parecer, e de outras que os casos concretos sugerirem, é exclusiva da administração, e em razão dela ou pelo prejuízo eventualmente causado poderão responder os agentes envolvidos, caso se utilizem do parecer referencial de forma irregular ou sem a devida prudência, perícia ou atenção necessárias.

7. Considerações Finais

Após análise holística do processo administrativo na forma em que se encontra e todos os seus anexos, abstenha-se essa entidade da aquisição de materiais ou contratação de serviços em parcelas sem planejamento anual. Não obstante, não antevejo nos autos mácula à legislação capaz de impedir o seguimento da contratação. S.m.j.

Fortaleza - CE, data de assinatura eletrônica.

Carla Lacerda Viana

OAB/CE 37.380

CARLA
LACERDA
VIANA: 99
21763539